

Outras geografias em literaturas de fronteira

Carlos Garcia Rizzon

Professor Adjunto da Universidade Federal do Pampa, Campus Jaguarão. E-mail: carlosrizzon@unipampa.edu.br

Recebido em 04/2012. Aceito para publicação em 12/2012.
Versão online publicada em 01/02/2013 (<http://seer.ufrgs.br/paraonde>)

Resumo: Em abordagem interdisciplinar, este artigo trabalha com dados históricos para focalizar temas desenvolvidos pela ficção realizada por escritores brasileiros e uruguaios, apresentando uma concepção de fronteira e seu reconhecimento através de textos literários. Dessa forma, evidencia que o processo histórico da conformação da fronteira entre Brasil e Uruguai configura um espaço heterogêneo, apresentando marcas imbricadas de identidade e alteridade.

Palavras-chave: Espaço. Fronteira. Geografia. História. Literatura.

*“Nós não somos nós, mas nosotros,
nós outros, nós-nos-outros.”*
- Aldyr Garcia Schlee

O limite entre a região sul do Brasil e o Uruguai tem um passado de movimento, tendo sido identificado em diferentes lugares no transcurso dos tempos. Esse histórico configura uma fronteira permeável, onde um e outro desses países possuem marcas imbricadas de identidade e alteridade. Caracterizando um território aberto à interferência e aos influxos de variadas contribuições culturais, a fronteira constitui-se em um entrelugar, onde a porosidade e o trânsito que lhe são próprios operam constantes movimentos de expansão e retração. Assim, conforma um território híbrido, onde um mesmo aspecto – a linguagem, por exemplo – pode proporcionar relações de aproximação e distanciamento com o Outro. Dessa forma, é possível compreender a noção de fronteira como um espaço múltiplo, mestiço e heterogêneo, marcado pelas presenças das diferenças que afirmam lugares de contato e inter-relação.

A história da configuração do que é hoje a fronteira entre Brasil e Uruguai nasce com o Tratado de Tordesilhas, em 1494, um acordo entre

Portugal e Espanha que deu início a uma saga de disputas entre os reinos ibéricos da qual as nações independentes americanas serão herdeiras. Isso porque o tratado, apesar de determinar uma imaginária linha divisória traçada na medida de 370 léguas a partir do arquipélago de Cabo Verde, era repleto de indefinições. A própria medida de légua era, na época, variada, pois mudava conforme cada piloto navegador. Isso provocou que nunca se tenha definido um traçado único, reconhecido tanto por Espanha quanto por Portugal. Assim, em 1680, sentindo-se no seu direito, Portugal funda, às margens do rio da Plata, a guarnição de Colônia do Sacramento. Para Espanha, isso representou uma invasão, mas para Portugal era nada mais que tomar posse de um território que lhe pertencia. A partir de então, uma série de ocupações autodeclaradas legítimas e acusações de usurpações de territórios foram constantes de uma parte e de outra. É evidente que, mais do que qualquer cálculo matemático e medição, o que prevaleceu nas disputas daquele momento foram o desejo e a soberania da navegação dos rios que davam acesso às minas de ouro e prata no Alto Peru e, posteriormente, a exploração e comercialização do couro dos rebanhos de gado bravo que se alastrou pelo pampa após a chegada dos colonizadores. Além disso, era uma região estratégica, pois

Para los portugueses la cuenca del Plata tenía una doble significación: como zona templada podía constituirse en el granero de las opulentas zonas tropicales; y, geográficamente, era no sólo el resguardo y apoyo necesario para el avance paulistano hacia el oeste, sino que, sin el Plata, el Brasil era un coloso con pies de barro, pues carecía de vías de acceso fáciles hacia el interior. Para España, era el flanco vulnerable de su imperio, ruta atlántica del Perú; y, en particular, para Buenos Aires y Santa Fe, la Banda Oriental era ya la gran base de su beneficio económico. El pleito de la Colonia fue, por lo tanto, el conflicto esencial de los dos imperios ibéricos en Sudamérica. (REYES ABADIE; BRUSCHERA; MELOGNO, 1970, p. 22)

Disputas políticas dos reinos peninsulares na Europa também determinaram pugnas nas colônias americanas, e a delimitação desses territórios foi redefinida, a cada mudança conjuntural, por vários outros tratados, como o de Utrecht, em 1715; o de Madri, de 1750; o de El Pardo, de 1761; o de Santo Ildefonso, de 1777, e o de Badajoz, de 1801, todos no período colonial. Entre Brasil e Uruguai, como nações independentes, foram firmados os Tratados de Limites, de 1851, e o das Águas da lagoa Mirim e do rio Jaguarão, de 1909. Como consequência dos diferentes acordos, grande parte do Rio Grande do Sul já pertenceu à coroa espanhola, assim como todo o território uruguaio já foi brasileiro.

Talvez o mais peculiar de todos os tratados tenha sido o de Santo Ildefonso, pois por esse acordo surgiu uma região tornada “terra de ninguém” e que passou para a história com o nome de “Campos Neutrais”. A proposta dessa área era dificultar o contrabando, no entanto seu efeito foi ao contrário, redundando em um incremento do comércio clandestino, pois, como analisa Susana Bleil de Souza,

A fronteira para seus homens não podia ter o caráter de um limite, da marca divisória entre dois estranhos. Ao contrário de outras fronteiras, a do sul do continente foi âmbito frequentado, mundo de relação contínua e prolongada. A própria transumância do gado, espontânea ou ativada pelo *changador*, levou a inter-relação de territórios e povos, ao contrário do que desejavam as chancelarias das metrópoles coloniais. Foi o mundo do contrabando,

do intercâmbio e do negócio, da verdade geográfica em contradição com a norma legal. (in CASTELLO et al., 1995, p. 129)

Esse espaço de transgressões tem servido para ambientar muitas das obras literárias produzidas por escritores dos dois lados da divisa entre Brasil e Uruguai. O tema de contrabando, trazendo angústias, medos, coragem, perigo, violência, corrupção e muitos outros dramas que cercam personagens que vivem na fronteira, já foi explorado, entre outros, por autores como os rio-grandenses João Simões Lopes Neto, Darcy Azambuja, Sergio Faraco e Tabajara Ruas; e por uruguaio, como Julián Murguía, Serafín J. García, Julio C. da Rosa e Mario Arregui. Também na produção do uruguaio José Monegal são recorrentes os conflitos gerados pela tensão entre o legal e a contravenção, e tênues são as diferenças entre o que seja certo ou errado. Em “Renuncia del comisario Portela y del cabo Lapuente”, por exemplo, como o próprio título anuncia, a temática do conto gira em torno de oficiais que desistem da perseguição de um fora da lei que vivia do contrabando por necessidade, como atesta seu depoimento:

Porque en la última estancia donde trabajé, el patrón, que es el gringo Padulla, nos iba sacando la vida a juerza de hacernos cimbrar el lomo en el campo, pa después encontrar un poco de agua sucia y unas tajadas de charque en la mesa. Yo compro y vendo, capitán, pasando por arriba de unos hombres patentaos, que algunas veces se han arreglao conmigo. Yo trabajo, capitán, y en ese trabajo dentran el sudor y el arriesgue; pero mis hijitos están gordos y mi mujer contenta. Y yo soy libre de dir y venir, y de no aguantar caprichos y miserias de ningún mandón, que esos sí deberían estar juera de la ley, pues por cada barril o fardo que yo paso ellos pasan rodeos enteros. ¡Yo soy un hombre, capitán, y tengo vergüenza! (MONEGAL, 1993, p. 59-60)

No final, Portela e Lapuente, convencidos de que a atividade ilícita do contraventor, naquele contexto, era a alternativa para uma vida de melhor sorte, abandonam seus cargos para se juntarem ao contrabandista: “Una hora después los tres pasaban la Picada Sucia, rumbo a Brasil.” (ídem, p. 60)

Situações como essa conferem perceber que a prática do contrabando leva a que se considere uma coexistência do conflituoso com o permiti-

do, pois

representa, ao mesmo tempo, a norma legal vigente e a transgressão, a vontade pública e a vontade privada, o socialmente instituído e o que é sancionado pela prática reiterada. Não existem fronteiras sem contrabando, essa espécie de trocas, de transação comercial onde opõem-se os valores dos indivíduos contra os da sociedade, ao mesmo tempo em que estabelecem novas regras de convivência social; estas adquirem foros de lei, invadem e transformam as relações na esfera do cotidiano.

[...] Assim, ao institucional opõe-se o cotidiano, plasmando-se na literatura o tipo regional e fronteiriço presente na ficção de escritores que concebem a personagem não apenas como o que transgride as leis, mas como cidadão que exerce um ofício, sofre perseguições e injustiças, revelando a visão de um cotidiano de sobrevivência.

(MASINA in CASTELLO et al., 1995, p. 165; 167-168)

Essas afirmativas se confirmam porque, como apresenta Simões Lopes Neto no conto “Contrabandista”, o comércio ilegal aparece como prática histórica:

Nesta terra do Rio Grande sempre se contrabandeou, desde em antes da tomada das Missões. Naqueles tempos o que se fazia era sem malícia, e mais por divertir e acoquinhar as guardas do inimigo: uma partida de guascas montava a cavalo, entrava na Banda Oriental e arrebanhava uma ponta grande de eguariços; abanava o poncho e vinha a meia rédea; apartava-se a potrada e largava-se o resto; os de lá faziam conosco a mesma coisa; depois era com gados, que se tocava a trote e galope, abandonando os assoleados. (LOPES NETO, 2009, p. 105)

Na atualidade, a inocência do ato ilícito permanece, e ele é conhecido tanto por populares como pelas autoridades, como mostra **El baño del Papa**, filme de 2007 dirigido pelos uruguaios César Charlone e Enrique Fernández. São cenas que se observam cotidianamente:



Figura 1: “Quileiros” em Aceguá-BR/Aceguá-UR. Foto: Quelen Pereira Pinheiro. Outubro de 2009.

Outra questão relativa ao tratado de 1777 é que ele próprio trazia uma concepção preliminar e provisória e que os desentendimentos deveriam ser solucionados posteriormente. Um dos atritos se deu na interpretação do artigo 4, que dizia:

[...] pela parte do Continente irá a linha desde as margens da dita Lagoa Mirim, tomando a direção pelo primeiro arroio meridional que entre no sangradouro ou desaguadouro dela, e que corre pelo mais imediato ao Forte Português de São Gonçalo; desde o qual, sem exceder o limite do dito Arroio, continuará o domínio de Portugal pelas cabeceiras dos rios que correm até o mencionado Rio Grande e Jacuí. (in SOARES, 1939, p. 174)

Segundo os espanhóis, o arroio “mais imediato ao Forte Português de São Gonçalo” era o rio Piratini, situado ao norte dessa guarnição. No entanto, os portugueses não queriam ceder o forte e indicavam que o “primeiro arroio meridional” estaria ao sul daquele ponto, devendo ser, portanto, o arroio Grande do Erval. Como bem versava o tratado, em caso de dúvidas da localização dos limites, esses terrenos não poderiam ser ocupados por nenhuma das coroas. Apesar disso,

A faixa territorial, localizada entre o Piratini e o Jaguarão fez-se objeto, entre 1790 e 1801, de uma espécie de jogo de xadrez entre espanhóis e portugueses. Desde 1789, aliás, as autoridades portuguesas começaram a

conceder sesmarias ao sul do rio Piratini. O poder expansionista dos lusitanos, a partir de Rio Grande, seria bem mais forte que o dos espanhóis, cujas bases de apoio se quedavam bem mais distantes e que enfrentavam contínua hostilidade dos índios charruas.

(FRANCO, 2007, p. 11)

Aproveitando-se da situação na qual o contingente de luso-brasileiros era maior que de hispânicos naquela região, foi estratégia de Portugal a tática do *uti possidetis* através da doação de terras, propiciando a instalação das primeiras estâncias naquela área. Como postos avançados em território fronteiriço, as estâncias que se instalaram nesse espaço de disputa constante necessitavam oferecer resistência, fosse aos ataques de exércitos inimigos em tempos de guerra, ou aos saques de bandidos em tempos de paz. Descrições desses ambientes se encontram em obras literárias, como no conto “El sargento”, de José Monegal, onde são apresentadas situações em que o perigo e as tensões são realidades de uma época:

El Alto de Achiras, el Bajo de Toledo, la Quebrada del Perdido y la Salamanca Grande configuraban una larga y ancha comarca fronteriza. Era por el tiempo que cada casa cabecera de haciendada constituía una fortaleza; de las pulperías enrejadas; de los caminos que ahondaban enormes carretas con ejes chirriantes, gauchos solitarios, a veces escuadrones de guerra o cuadrillas de malevaje; tropas de ganados chúcaros. (1993, p. 27)

Também em Javier de Viana, outro autor uruguaio, há um retrato da arquitetura das estâncias, destinada à proteção e, por isso, construções fechadas em si, sem aberturas à paisagem exterior, como descreve o conto “Los amores de Bentos Sagraera”:

La estancia de Sagraera era uno de esos viejos establecimientos de origen brasileño, que abundan en la frontera y que semejan cárceles o fortalezas. Un largo edificio de paredes de piedra y techo de azotea; unos galpones, también de piedra, enfrente, y a los lados un alto muro con sólo una puerta pequeña dando al campo. La cocina, la despensa, el horno, los cuartos de los peones, todo estaba encerrado dentro de la muralla. (VIANA, 1969, p. 92-93)

Essas são características de muitas das construções que ainda se encontram na área rural da cidade de Jaguarão, no Brasil. Altos muros feitos de pedra cercam as casas das propriedades, o que dificultava as investidas dos antigos inimigos:



Figura 2: Estância de propriedade de João “Nervoso”. Foto: Carlos Garcia Rizzon. Janeiro de 2010.



Figura 3: Estância do Juncal. Propriedade de Almiro Piúma. Foto: Alan Dutra de Melo. Fevereiro de 2009.

Esse é um patrimônio material edificado que compõe um cenário que ilustra a história do final do século XVIII e início do XIX e define uma fronteira que teve sua formação nas várias lutas, em diferentes tempos, entre duas monarquias, um império, três nações e nas muitas guerras revolucionárias de cada uma das províncias e dos países dessa região, pois as disputas entre as coroas ibéricas e as nações independentes tiveram continuidade no século XIX. Em 1801, um conflito peninsular, que na Europa durou somente algumas semanas, encrueceu os ânimos na fronteira das colônias americanas: “A guerra de 1801 iniciou e terminou na Europa, e seus efeitos, como se fosse uma onda lenta e progressiva, atingiram a América meridional tardiamente. Assim, as operações foram deflagradas quando a paz já estava assinada em Badajoz” (GOLIM, 2002, p. 206) desde junho. A notícia de paz tendo chegado neste lado do Atlântico meses depois, já no final daquele ano, houve tempo para que fossem tomados pelos luso-brasileiros os

Sete Povos das Missões, os Campos Neutrais e as terras até o rio Quaraí, estabelecendo uma delimitação próxima do que se tem na atualidade. Nessa ocasião, Cerro Largo, atual cidade uruguaia de Melo, chegou a ser invadida, e grande parte do gado ali existente foi confiscado e levado a terras brasileiras. Aldyr Garcia Schlee, no conto “Don Sejanos”, se refere ao episódio:

[...] era dos “campos neutrais”, andava pela fronteira vendendo coisas aos soldados e passando mercadorias quando houve a primeira guerra – a que não era para ter sido. O Cerro Largo foi ocupado por tropas portuguesas que levaram mais de dez mil reses, depois veio a notícia atrasada da paz, e todos os lugares voltaram ao de antes. Foi só o susto e tantos e tantos miles de homens em armas. (1988, p. 27)

Os movimentos de independência convulsionados na colônia hispano-americana a partir da invasão napoleônica na península Ibérica, na primeira década do século XIX, também motivaram a invasão de tropas luso-brasileiras na província da Banda Oriental do Rio da Plata, em 1811. Posteriormente, em 1816, voltaram a ocupar Montevidéu para combater aos rebeldes *blandengues* liderados por José Gervasio Artigas. Visualizando um tabuleiro de xadrez entre as forças que buscavam o domínio de Montevidéu e de toda a Banda Oriental, o historiador Tau Golim considera:

Três focos de poder olhavam para a Banda Oriental: o luso-brasileiro e seu projeto de expansão da fronteira; o das Províncias Unidas, nos marcos da criação da província oriental de Montevidéu, e o de Artigas, com limites provisórios no rio Quaraí, porém considerando territórios contestados os conquistados pelos luso-brasileiros na guerra de 1801. (2002, p. 281)

O enfrentamento entre luso-brasileiros e artiguistas se prolongou durante quatro anos, e os portugueses conseguiram derrotar o líder oriental somente em 1820. No ano seguinte, o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve incorporou a província oriental, que, sob o controle português, passou a denominar-se Cisplatina.

Com a independência do Brasil, em 1822, iniciou-se um período de transição à soberania do novo Império, havendo a retirada das tropas portuguesas da Cisplatina. Com isso, motivaram-se as

Províncias Unidas do Rio da Prata a postular a reincorporação da Banda Oriental, pois esse era o desejo de muitos orientais exilados em Buenos Aires. Mobilizados, os caudilhos orientais empreenderam a luta de expulsão dos brasileiros da Cisplatina após o desembarque, na praia La Agraciada, do grupo conhecido como “Los treinta y tres orientales”. O levante se iniciou em 1825, e o general Juan Antonio Lavalleja declarou a Banda Oriental “de hecho y de derecho, libre e independiente del rey de Portugal, del emperador de Brasil, y de cualquier otro del Universo, y con amplio poder para darse las formas que, en uso y ejercicio de su soberanía, estime conveniente” (EL PAÍS, 2005, p. 4). Depois de dois anos de batalhas entre o Império do Brasil e a Confederação Argentina, o episódio de 20 de fevereiro de 1827, que os platinos denominam Batalha de Ituzaingó e os brasileiros de Batalha do Passo do Rosário, foi determinante para que se avançassem as negociações de paz. Esse combate “demonstrou a inanição de ambos os lados para aplicarem golpes definitivos” (GOLIM, 2002, p. 128), pois “Tácticamente el triunfo correspondió al ejército republicano que quedó dueño del terreno ante la retirada imperial, aunque la explotación del triunfo fue dudosa al abandonar el ejército [brasileño] de Barbacena casi intacto.” (EL PAÍS, 2005, p. 11)

Personagem literária retratada como testemunha em várias das escaramuças na Cisplatina é o Capitão Rodrigo de **O continente**, de Erico Verissimo:

– Se andei pela Banda Oriental? Mais duma vez. [...] Sentei praça com dezoito anos e em 1811 andei com as forças que invadiram a Banda Oriental. [...] Entrei em Montevidéu em 1817 com as forças do general Lecor. [...]

– Por falar nisso, vosmecê também brigou em 25?

– Naturalmente. Estive naquele combate de Rincón de las Gallinas com a gente do Menna Barreto. – Soltou um suspiro e disse: – Apanhamos que nem boi ladrão. [...] Em 1827 eu estava com as tropas do marquês de Barbacena. Nunca vi tanta miséria. Soldados de pé no chão, sem uniforme, alguns quase nus, só cobertos pelo poncho.

(VERISSIMO, 2004, p. 214-220)

Através da intermediação da Inglaterra, interessada no acesso aos portos e no comércio da região, foi proposta a criação de uma nação inde-

pendente na Banda Oriental. No dia 25 de agosto de 1828, um Tratado Preliminar consagrou a paz e o surgimento de um novo país, a República Oriental do Uruguai, que nasceu sem a formalização de um traçado demarcado. As questões fronteiriças ficaram postergadas e só voltaram a ser negociadas em 1851, após finalizadas a Revolução Farroupilha (1835-1845) no Rio Grande do Sul e a Guerra Grande (1839-1851) no Uruguai, guerras essas entre republicanos e imperiais uma e entre *blancos* e *colorados* a outra. O Tratado de Limites de 1851 entre Brasil e Uruguai foi realizado com vantagens para os brasileiros, pois as discussões ocorreram juntamente com a negociação de empréstimos que o Império concedeu ao governo *colorado* para a defesa de Montevidéu e a expulsão das tropas que sitiavam a capital uruguaia, os *blancos* do general Manuel Oribe e os argentinos do ditador Juan Manuel de Rosas. Dependente do dinheiro brasileiro e debilitado diplomaticamente, o governo uruguaio ficou condicionado a aceitar os termos impostos pelo Império, facilitando para o Brasil a determinação de condições que lhe eram favoráveis, como o uso exclusivo das águas da lagoa Mirim e do rio Jaguarão. Outro item obrigava a devolução de escravos fugidos do território brasileiro, contrariando a lei uruguaia em relação ao tema, pois na República Oriental a escravidão já tinha sido abolida.

Devido à histórica expansão luso-brasileira em direção ao rio da Prata, a presença de brasileiros no território uruguaio, na segunda metade do século XIX, era considerável. Dados de 1863 mostram que, de um total de 180.000 habitantes no Uruguai, 40.000 eram brasileiros. Também, segundo o historiador Aníbal Barrios Pintos (1990, p. 42), 43,9% do gado existente na República pertencia a rio-grandenses. O senador brasileiro Silva Ferraz, em 1859, descreveu a região, transcrita pelo mesmo historiador uruguaio, sem reconhecer diferenças entre Brasil e Uruguai: “al pasar al otro lado del río Yaguarón, el traje, el idioma, las costumbres, la moneda, los pesos, las medidas, todo, todo señores, hasta la otra banda del río Negro, todo señores, hasta la tierra: todo es brasileño” (idem, p. 45), fazendo do norte uruguaio um prolongamento do Império. Essa expressiva predominância demográfica brasileira no Uruguai se traduzia no poder econômico, derivando em profundas interferências na política interna da República Oriental, pois “los brasileños emigrados continuaban considerándose súbditos del Imperio e ignorando la legislación uruguayana, trasladando una esclavitud apenas disfrazada” (PALERMO in MAESTRI, 2008, p. 155). Em relação à escravidão,

os brasileiros burlavam a legislação uruguaia através de contratos de locação de serviços, os quais podiam durar muitos anos, sendo comum que existissem por até 30 anos. Em 1857, Andrés Lamas, embaixador uruguaio na corte, em nota, reclamou dessa situação ao Império, delatando:

Las infelices personas de color que se introducen en la República, a la sombra de fraudulentos contratos [...] no solo son tratados como esclavos [...] sino que sufren allí, en aquel territorio en que nadie puede ser esclavo, la última y peor desgracia de la esclavitud, [...] los hijos de las personas de color introducidas son traídos al Río Grande y allí bautizadas como nacidos de vientre esclavo. [...] De esta manera en algunos establecimientos del Estado Oriental no solo existe de hecho la esclavitud sino que al lado del criadero de vacas se establece un pequeño criadero de esclavos (apud PALERMO in MAESTRI, 2008, p. 162-163)

Nas décadas de 1850 e 1860, segundo Palermo, houve inúmeras denúncias de “secuestros, homicidios y ataques a estancias y suburbios de las Villas de Tacuarembó y Arredondo (hoy Rio Branco) con la finalidad de capturar afro americanos para reducirlos a esclavitud” (idem, p. 165). No romance **No robarás las botas de los muertos**, de Mario Delgado Aparain, os temas de sequestros de negros libertos e de negras grávidas estão presentes. A personagem Hermes Nieves é um brasileiro que está preso no Uruguai por ser “un secuestrador de negros libertos al servicio del Imperio del Brasil, [...] por ladrón de caballos y de negras preñadas” (2006, p. 18). A obra mostra também como se invertem os juízos apenas por se cruzar a linha divisória entre um país e outro, como o caso do bandoleiro Laurindo, “ladrón de criaturas negras en la República del Uruguay, legalizado una y otra vez por la justicia de Piratiny” (idem, p. 77). Sobre o assunto, outra questão abordada por Delgado Aparain se refere à denúncia que o embaixador Andrés Lamas já fazia: “en Santa Ana do Livramento, un cura epiléptico llamado Joaquín Ferreira bautizó como esclavas y de una sola vez, la friolera de veinticinco niñas nacidas en el estado oriental...” (idem, p. 89)

Nesse período, as hostilidades entre orientais e brasileiros foram frequentes e, da mesma forma que os uruguaios se queixavam das violências cometidas pelos estrangeiros dentro de seu país, também os estanceiros rio-grandenses com terras no Uruguai reclamavam de sistemáticos e impunes

abusos de roubo de gado, invasões de terras e assassinatos feitos com a conivência das autoridades. Devido a isso, em maio de 1864, através do conselheiro José Antônio Saraiva, o Brasil listou centenas de crimes sofridos por brasileiros residentes no território oriental e reivindicou providências das autoridades uruguaias. El gobierno do partido *blanco* tomou aquele protesto como uma afronta e intromissão, não acatando nenhuma das exigências relacionadas no documento conhecido como “Missão Saraiva”. Em agosto de 1864, houve o rompimento das relações entre Brasil e Uruguai, seguindo-se uma intervenção armada brasileira em apoio ao partido *colorado*, que iniciava uma guerra civil. Então,

Aguirre decretou “rotos, nulos e cancelados os tratados de 12 de outubro de 1851”. Ato contínuo, reivindicou “todos seus direitos [do Uruguai] sobre os limites territoriais que sempre lhe tocaram”, ou seja, a metade leste do Rio Grande do Sul atual, além da linha de Santo Ildefonso e os “terrenos neutros” do Chuí e do Jaguarão. (GARCIA, 2010, p. 294)

Entre os episódios que se sucederam, encontra-se o cerco à cidade de Paisandu, onde os *colorados* do general Venancio Flores, apoiados militarmente por Brasil e Argentina, enfrentaram aos *blancos* para derrubá-los do poder. Esse que parece ser um dos combates de uma guerra civil foi também o início de uma guerra continental, como descreve o romance de Delgado Aparain:

[...] será este el preámbulo de un despojo que cargará de oprobio a los endemoniados protagonistas, a saber, son el emperador Pedro II del Brasil y Bartolomé Mitre, presidente de los argentinos, general y cronista de una historia antojadiza. Ambos deseaban escarnear y mutilar el Paraguay de Francisco Solano López [...]. Este par de rapiñeros ha sabido embozar estos planes de despojo a cuatro manos, bajo la máscara de una cruzada por la libertad y otras patrañas. Y para ello han usado al general Venancio Flores, un hombre entretenido en golpear a los hombres a uno y otro lado de la frontera [...]. Mitre y el Emperador le han prometido ayuda: derrocar al presidente Atanasio Cruz Aguirre y hasta sentarlo en el sillón presidencial, con la condición de que, a cambio, agregue su parte de sangre en la marcha de los tambores

sobre el Paraguay. (2006, p. 21-22)

Com a vitória dos *colorados* na disputa contra os *blancos*, restabeleceram-se as relações entre Brasil e Uruguai e, junto a isso, os limites vigentes desde 1851. Somente em 1909 houve a concessão brasileira para que o Uruguai fizesse uso das águas da lagoa Mirim e do rio Jaguarão. Isso aconteceu porque o Brasil reordenou sua política externa, pois percebeu que a divisão das águas possibilitaria um crescimento econômico recíproco com seu vizinho, intensificando as relações comerciais. Reconhecendo o “esforço” brasileiro, o Uruguai mudou o nome da cidade de Artigas para chamá-la Rio Branco em homenagem ao negociador brasileiro que atendeu os desejos do povo oriental. A partir do direito de livre navegação nas águas do rio Jaguarão, pôde o Uruguai acordar com o Brasil, em 1918, o pagamento da dívida contraída em 1851. Esse acerto se deu através da construção de uma ponte, interligando as cidades de Rio Branco e Jaguarão. Financiada unicamente por capital uruguaio, foi inaugurada no dia 30 de dezembro de 1930.

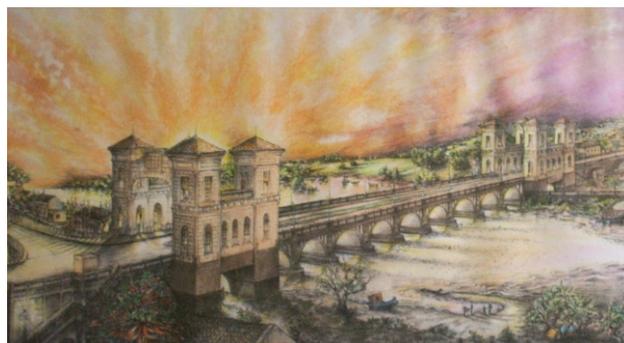


Figura 4: Ponte Internacional Mauá. Desenho de Leandro Barrios (31cm x 81cm). Foto: Carlos Garcia Rizzon. Julho de 2011.

Ao contrário dos muros que concretizam a imagem da separação e do distanciamento entre os povos – presentes nas estâncias fortins que, no início do século XIX, ilustravam as relações institucionais entre Brasil e seu vizinho do sul –, a ponte estabelece um vínculo de aproximação através do trânsito de idas e vindas que ela permite. Desse modo, como observa Hommi Bhabha ao citar Martin Heidegger,

É nesse sentido que a fronteira se torna o lugar a partir do qual algo começa a se fazer presente em um movimento não dissimular ao da articulação ambulante, ambivalente [...]. “Sempre, e sempre de modo diferente, a ponte acompanha os caminhos morosos ou apressados

dos homens para lá e para cá, de modo que eles possam alcançar outras margens... A ponte reúne enquanto passagem que atravessa." (1998, p. 24)

No entanto, mesmo possibilitando o trânsito, pode-se entender o estreitamento proporcionado pela ponte em seus dois sentidos, pois, junto à aproximação, há também um estrangulamento dos caminhos, uma passagem controlada e fiscalizada. Na Ponte Internacional Mauá, onde em cada uma das cabeceiras existem imponentes escritórios alfandegários, a precisão da divisa já foi explícita, pois houve um tempo em que, justo no meio, marcado no chão, partindo de uma balaustrada e chegando na outra, um traço vermelho repartia o que era território brasileiro e o que era uruguaio. Mas essa separação não deixava de ser pura invenção, pois, como depõe o escritor Aldyr Garcia Schlee,

[...] a Ponte Internacional Mauá, [...] tinha, bem no meio do rio, entre as duas Alfândegas, um risco vermelho. Era a linha divisória, riscada no cimento da ponte, permitindo o exercício infantil de se estar ao mesmo tempo no Brasil e no Uruguai: um pé lá, outro cá. Até que descobri que sob a ponte, no rio, a linha perdida na correnteza e escondida no fundo, era outra: era a linha do talvegue, a linha de maior profundidade, que passava lá adiante, sob o segundo arco da ponte, do lado uruguaio. Isso queria dizer que, sobre a ponte, era possível passar para o Uruguai, andar trinta ou quarenta metros, debruçar-se sobre a balaustrada e, gloriosamente, ali de cima, cuspir no Brasil, lá embaixo. (in SCHÜLER; BORDINI, 2004, p. 52)

O mesmo escritor utiliza essa mesma referência para mostrar como imagem o distanciamento que ela produz. No conto "Braulina", jovens enamorados, mas contidos pelos juízos familiares, expressam suas angústias de corações partidos:

[...] foi quando passaram o risco que separa o Brasil do Uruguai, o traço vermelho no cimento da ponte. Estavam, ele do lado de cá, ela do lado de lá, um passo na frente. Ele pediu que ela parasse e disse, com surpreendente e brutal naturalidade:

– Que engraçado, nós tão perto um do outro e tão separados! (SCHLEE, 1988, p. 64)

As determinações das leis, as imposições dos tratados e as demarcações que afirmam o que é

de um e de outro são sempre definidas por um poder central, por governantes que, na maioria das vezes, são pessoas que não tem a vivência do espaço que milimetricamente repartem. Não sabem, provavelmente, que para "o habitante da fronteira, o fronteiriço, [que] é um homem com mentalidade própria à integração [...], as noções de espaço e nacionalidade muitas vezes são tão abstratas quanto à ideia da existência de uma linha demarcatória que o separa 'do outro país'." (PADRÓS, 1994, p. 76). Por isso, hoje, aquela linha vermelha no meio da ponte, apesar de que ainda existam rastros, ninguém mais a percebe porque anos de intenso tráfego de pessoas, do sol e da chuva, fizeram dela não mais uma identificação de espaço delimitado, mas sim um reconhecimento de divisões apagadas:



Figura 5: Divisa Jaguarão-BR/Rio Branco-UY na Ponte Internacional Mauá. Foto: Carlos Garcia Rizzon. Julho de 2011.

As situações conflituosas, motivadoras de inúmeros enfrentamentos bélicos, fizeram com que os habitantes dessas terras indecisas – por indefinidas ou de definições fugazes – determinassem fronteiras marcadas por uma população culturalmente múltipla e híbrida, construída por tradições de vertentes de um lado e outro, pois, em determinado período, ora estava sob a regência do governo espanhol, ora sob as ordens do governo português; posteriormente, esteve submetida ora à Argentina, ora ao Uruguai e ora ao Brasil imperial ou ao Rio Grande republicano. Estudo da professora Helen Osório esclarece que

o atual estado do Rio Grande do Sul e o

Uruguai, no século XVIII, faziam parte de um mesmo espaço em construção, uma zona de fronteira, com ampla circulação humana e material, no qual os súditos de uma e outra Coroa instalavam-se conforme fosse mais fácil sua sobrevivência, independentemente de fidelidades estatais. (in CASTELLO et al., 1995, p. 114)

Essa mesma consideração pode ser estendida a épocas posteriores, pois as guerras na região foram uma constante até o início do século XX, impondo à fronteira um permanente deslocar do limite, o que a faz muito mais uma aproximação das populações que propriamente a separação delas. Em passagem por Jaguarão, o suíço-alemão Carl Seidler, que lutou junto ao exército brasileiro na campanha da Cisplatina entre 1826 e 1828, fez, com desconfiança, a seguinte observação:

Os moradores eram amáveis e gentis, se bem que usassem o capote para o lado do vento e mantivessem secreto entendimento político com seus vizinhos, os moradores da província Cisplatina. A situação arriscada de Serrito [hoje Jaguarão] pode explicar a conduta dúbia de seus moradores, pois ora estava em poder dos espanhóis, ora dos portugueses. O rio, que separa a cidadezinha do território inimigo fronteiriço, é facilmente atravessado pelas rápidas canoas, e como a cidade não tem fortificações, as tropas da república sul-americana costumam ocupá-la assim que os portugueses lhes voltam as costas. (in SOARES; FRANCO, 2010, p. 21-22)

O entendimento entre fronteiriços de ambos os lados da divisa possui laços estreitos porque a exogamia foi persistente “desde sus primeros contactos”, aponta o investigador John Charles Chasteen, e “los fronterizos de habla hispana y portuguesa parecen haberse mezclado fácilmente, a pesar de los frecuentes conflictos entre sus gobiernos. Los matrimonios entre ellos eran comunes.” (2001, p. 40). Constata-se que “raras são as famílias, hoje como ontem, que se conservam rigorosamente brasileiras ou orientais” (FRANCO, 2001, p. 25). Nos tempos da Cisplatina, inclusive, era política do governo o favorecimento dos enlances binacionais, no intuito de sedimentar a presença brasileira no solo oriental. Outro fator comentado por Chasteen se refere a que os “riograndenses más pobres se codeaban también con muchos criollos orientales [...] [porque] no podían permitirse el lujo de

tener un tutor, y si sus hijos iban a estudiar, debían aprender español” (2001, p. 43).

Nas escolas fronteiriças, tanto antes como agora, os falares mesclados de português e espanhol evidenciam a interação existente na fronteira, como destaca Sérgio da Costa Franco ao mencionar um discurso de um inspetor de escola uruguaio em 1907, quando advertia as autoridades do seu país sobre dificuldades no ensino causadas pelo contato com brasileiros. Dramaticamente, como funcionário público que zela por identidades nacionais, esse inspetor não percebia a riqueza da diversidade cultural sob seu nariz e fazia a crítica:

Nuestras escuelas fronterizas, diseminadas en la extensa región donde domina la lengua portuguesa y los hábitos y costumbres brasileños, y donde nuestros compatriotas no saben que lo son – o parecen no saberlo –, requieren, exigen, imponen una especial enseñanza para los niños que las frecuentan. Esos niños son orientales sí, casi en su totalidad, pero abrasilados!... Proceden de un hogar que sólo es uruguayo por el territorio que ocupa; sus padres no son orientales, aunque lo sean – por las razones ya expuestas; las madres que les dieron ser tampoco lo son, porque aunque hayan sido bautizadas o inscriptas en la República, nacieron, se criaron y se hicieron mujeres entre extranjeros. (in FRANCO, 2001, p. 28)

Em sentido inverso desse posicionamento está a produção do poeta Fabián Severo, natural da fronteiriça cidade de Artigas, Uruguai, que compõe versos carregados de originalidade linguística que dão uma tonicidade própria e libertária, fora de qualquer padrão restritivo, como o poema intitulado “Trinticuatro”:

Mi madre falava mui bien, yo intendía.
Fabi andá faser los deber, yo fasía.
Fabi traseme meio litro de leite, yo trasía
Desí pra doña Cora que amañá le pago, yo disía
Deya iso gurí i yo deiyava.

Mas mi maestra no intendía.
Mandava cartas en mi caderno
todo con rojo (igualito su cara) i asinava imbaiyo.

Mas mi madre no intendía. [...] (2011, p. 58)

Percebe-se, nesse exemplo, que o espaço fronteiriço conforma um outro espaço “que contém territórios dos países em contato e que sofre, além dos influxos [...] nacionais, uma dinâmica própria

resultante da interação social dos agentes fronteiriços” (PADRÓS, 1994, p. 69). Expõe que a fronteira é múltipla, pois é o espaço do reverso, do igual que é oposto, como explicam as palavras de Aldyr Garcia Schlee

Vivia perplexo diante do Uruguai, não propriamente diante do mundo; mas, antes, diante daquele outro mundo: tão perto e tão longe, logo ali do outro lado da risca vermelha no cimento da ponte, *muy cerca, cerquita*, cercado (a risca vermelha no meio da ponte!)... Aquele outro mundo, separado e unido pelo rio: tão diferente e tão igual; tão distinto e *tan distinto*; tão distinguido e *tan distinguido*; tão esquisito e *tan esquisito*... (in SCHÜLER; BORDINI, 2004, p. 53)

Nesse sentido – diferente de muitas ideias que, mesmo apresentando-se como integracionistas, propõem espaços “sem fronteiras” – que é importante valorizar e afirmar a fronteira, reconhecendo nela a riqueza das diferenças e da multiplicidade, pois ela é uma zona privilegiada para o encontro com o Outro. Assim, como espaço de confluência e de hibridação, onde se desvelam questões de alteridade, a fronteira gera movimentos que dispersam centralismos, homogeneidades e únicas verdades, revelando imagens especulares que são as mesmas, mas de maneira diferente. Entendida por sua referência simbólica e por seu caráter cultural, a fronteira transcende ao imaginário, pondo em evidência outras percepções geográficas. Impõe, então, revisões políticas, históricas, linguísticas, literárias e identitárias para mostrar outras dimensões de seu significado, indicando representações concomitantes do ser e não ser.

Referências

- BARRIOS PINTOS, Anibal. **Historia de la ganadería en el Uruguay**. Montevideo: MEC, 1990.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- CHASTEEN, John Charles. **Héroes a caballo**. Trad. Aída Altieri. Montevideo: Santillana/Fundación Banco de Boston, 2001.
- DELGADO APARAÍN, Mario. **No robarás las botas de los muertos**. Montevideo: Santillana, 2006.
- EL PAÍS. Batallas que hicieron historia: Ituzaingó, la batalla de las desobediencias. N.º VII. Montevideo, junio de 2005.
- FRANCO, Sérgio da Costa. **Gente e coisas da Fronteira Sul**. Porto Alegre: Sulina, 2001.
- _____. **Origens de Jaguarão: 1790-1833**. Porto Alegre: Evangraf, 2007.
- GARCIA, Fernando C. de. **Fronteira iluminada**. Porto Alegre: Sulina, 2010.
- GOLIM, Tau. **A fronteira**. Vol. 1. Porto Alegre: L&PM, 2002.
- LOPES NETO, João Simões. **Contos gauchescos & Lendas do sul**. Porto Alegre: L&PM, 2009.
- MASINA, Léa. O contrabando na confluência de culturas. In: CATELLO, Iára Regina et al. (Orgs.). **Práticas de integração nas fronteiras: temas para o MERCOSUL**. Porto Alegre: UFRGS/Instituto Goethe/ICBA, 1995. 165-175.
- MONEGAL, José. **Cuentos de milicos y matreros**. Montevideo: Banda Oriental, 1993.
- OSÓRIO, Helen. O espaço platino: fronteira colonial no século XVIII. In: CATELLO, Iára Regina et al. (Orgs.). **Práticas de integração nas fronteiras: temas para o MERCOSUL**. Porto Alegre: UFRGS/Instituto Goethe/ICBA, 1995. 110-114.
- PADRÓS, Enrique Serra. Fronteiras e integração fronteiriça. In: *Revista Humanas*. Porto Alegre, Vol. 17, n.º 1/2, ene/dic, 1994. 63-85.
- PALERMO, Eduardo R. Esclavitud y hacienda pastoril en el Uruguay. In: MAESTRI, Mário (Org.). **O negro e o gaúcho: estâncias e fazendas no Rio Grande do Sul, Uruguai e Brasil**. Passo Fundo: UPF, 2008. 138-168.
- REYES ABADIE, Washington; BRUSCHERA, Oscar H.; MELOGNO, Tabaré. **La Banda Oriental: pradera, frontera, puerto**. Montevideo: Banda Oriental, 1970.
- SCHLEE, Aldyr Garcia. **Contos de sempre**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1988. 2.ª ed. 61-66.
- _____. Testemunhos de identidade. In: SCHÜLER, Fernando Luís; BORDINI, Maria da Glória (Orgs.). **Cultura e identidade regional**. Porto Alegre: Edipucrs, 2004. 49-56.
- SEIDLER, Carl. Dez anos no Brasil (fragmentos). In: SOARES, Eduardo Álvares de Souza; FRANCO, Sérgio da Costa. **Olhares sobre Jaguarão**. Porto Alegre: Evangraf, 2010. 19-26.
- SEVERO, Fabián. **Noite nu norte**. Montevideo: Rumbo, 2011.
- SOARES, José Carlos de Macedo. **Fronteiras do Brasil no regime colonial**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939.

SOUZA, Susana Bleil de. Os caminhos e os homens do contrabando. In: CATELLO, Iára Regina et al. (Orgs.). **Práticas de integração nas fronteiras: temas para o MERCOSUL**. Porto Alegre: UFRGS/Instituto Goethe/ICBA, 1995. 126-139.

VERISSIMO, Erico. **O continente I**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

VIANA, Javier de. Los amores de Bento Segrara. In: **Sus mejores cuentos**. Buenos Aires: Editorial Losada, 1969.

ZIENTARA, Benedikt. Fronteira. In: Enciclopédia EINAUDI, Vol. 14. Lisboa: Imprensa Nacional, 1989. 306-317.

Other geographies in border literature

Abstract: In an interdisciplinary approach, this article works with historical data to focus on themes developed by Brazilian and Uruguayan fiction writers, featuring a design of the border and its recognition by literary texts. It shows that the conformation of the border between Brazil and Uruguay sets up an heterogeneous space, with overlapping marks of identity and otherness.

Keywords: Space. Border. Geography. History. Literature.

Otras geografías en literaturas de frontera

Resumen: En abordaje interdisciplinar, este artículo trabaja con datos históricos para focalizar temas desarrollados por la ficción realizada por escritores brasileños y uruguayos, presentando una concepción de frontera y su reconocimiento a través de textos literarios. De esa forma, evidencia que el proceso histórico de la conformación de la frontera entre Brasil y Uruguay configura un espacio heterogéneo, presentando marcas imbricadas de identidad y alteridad.

Palabras-clave: Espacio. Frontera. Geografía. Historia. Literatura.
